

## ***SERIAM OS PROCESSUALISTAS ASTRONAUTAS?\****

---

**DOMINGOS FRANCIULLI NETTO**

*Ministro do Superior Tribunal de Justiça*

Um dia, que longe já se vai, ensinaram-me que o processo era um andar para frente. Acreditei, na ingenuidade dos vinte anos. Afinal, a douda lição provinha de maiores, mais cultos, mais sábios e mais experientes. Gente de boa cepa e da melhor qualidade.

Muitos anos depois, ensimesmado com o que de ordinário acontece, não encontrei outra explicação senão a de que sobre o processo havia em longínquos tempos caído uma maldição. O que é pior: uma maldição divina.

Bem, quanto à pergunta que intitula esta exposição, devo desde logo responder que, por certo, os processualistas não são deuses, pelo menos até onde a teologia chegou. Mas a matéria de que se ocupam sofreu a santa ira do Sumamente Justo, por força da historieta que vou contar em seguida.

Foi originalmente exposta em discurso proferido por Milton Duarte Segurado, professor de Introdução à Ciência do Direito, ao paraninfar uma turma de formandos de Direito da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, há mais de duas dezenas de anos. Não localizei o texto em que foi reproduzida, daí por que vou narrá-la a meu modo, feitas as devidas atualizações e adaptações, mantendo, contudo, a idéia central.

Se não são deuses os processualistas, seriam astronautas, isto é, andam no mundo da lua?

---

\* Artigo publicado na "Revista Literária de Direito", ano IV, n. 21, Janeiro-Fevereiro de 1998.



## **Maldição divina**

Era a data do natalício de Deus e os santos cuidaram de organizar uma festa, depois de obtido o *nihil obstat* de São Pedro e a simpatia da Virgem Maria.

Não foram poucos os percalços. Desde logo toparam com a intransigência de São Mateus, que, entre outras coisas, alegava encontrar-se fraca a arrecadação, a que se seguia pertinente desabafo: nem os santos gostam de pagar impostos! Ainda mais agora que apareceram os tributaristas.

Poucos imaginam o que é um tributarista informatizado, aduzia. Um processador de textos na mão de um tributarista é uma arma. A verba está fraca, acrescentava, e aqui não existe suprimimento ou empréstimos para precatórios nem facilitário para pagar o devido em oito anos; muito menos em dez anos.

Deus barrou a tentativa de se adir aos Dez Mandamentos um capítulo de disposições transitórias, prosseguia.

O céu só não quebrou, rematava o evangelista, porque o Senhor acabou com a acumulação de proventos (todo mundo aqui é aposentado ou reformado), mandou os anões do orçamento para o inferno e está, pessoalmente, fiscalizando as concorrências.

Conversa aqui, conversa ali, não obstante não ser fácil convencer coletor de tributos, quanto mais um arrecadador santo, o obstáculo foi vencido, sob o fundamento de que a festa seria morigerada (alguns poucos peixes e vinho da casa). Mais a mais, às palavras doces de João, o apóstolo, enriquecidas com os ensinamentos de Rubens Gomes de Sousa, Aliomar Baleeiro e Geraldo Ataliba, entre outros, não havia como resistir.

Ultrapassado esse obstáculo, cuidaram de escolher o orador da festa. Para saudar Deus, ninguém melhor do que Jesus, seu amado filho. Quando tudo parecia calmo, aflorou Santo Tomás de Aquino exceção de impedimento e suspeição, dada a estreita relação de parentesco entre o orador e o homenageado.

Impugnando a exceção, saíram a campo, em defesa da escolha, Santo Ivo e Santo Thomas More. Instalou-se incrível polêmica. São Tomé queria pôr os olhos no texto legal que contemplava a hipótese. Jó perdeu a paciência. Até São José falou. Nem Salomão conseguia sentenciar.

Mas soprou a inspiração do Espírito Santo, depois da veemência de São Paulo. Quando, enfim, os ânimos serenaram-se, Jesus pediu a palavra e disse: “Em verdade vos digo, eu só ia dizer que tudo isso não faz sentido, pois o Pai Eterno não faz anos, mas nunca é demais cumprimentá-lo, o que se dá pela oração”.

### **A realidade de nossos dias**

Quem se der ao trabalho de acompanhar as pautas dos julgamentos de nossos Tribunais irá verificar quão grande é o número de recursos nos quais se discutem apenas temas processuais, de um lado; doutro, a plethora de feitos que envolvem os Poderes Públicos de modo geral, ou a Fazenda Pública, em particular; em poucas palavras: a Administração.

Seriam o Código de Processo Civil e as demais leis processuais extravagantes os grandes responsáveis pela excessiva demora na solução dos feitos?

Essa é a indagação de que se ocupará este singelo estudo.

## **A Administração**

O saudoso Prof. José Horácio Meirelles Teixeira costumava prelecionar a seus alunos da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo que à Administração não era dado litigar por litigar: “Na hierarquia dos princípios que devem nortear os atos administrativos, reservava [o Prof. Meirelles Teixeira] o ápice ao princípio da legalidade e ao princípio da moralidade. Quanto ao contencioso, não admitia que a Administração ingressasse com ação temerária; ao contestar, deveria, com fidelidade absoluta, relatar a matéria de fato; por fim, recorrer apenas nos casos de dúvida razoável. Um Poder Público não pode assoberbar o trabalho de outro, finalizava, contra os princípios e o bem comum” (trecho extraído da apresentação do livro Curso de Direito Constitucional, Forense Universitária, 1991, XIII).

Sabem-no todos, ocioso lembrar, que a Administração, por meio de seus mais diversos entes, tem-se servido do Poder Judiciário para procrastinar ao máximo o pagamento de suas dívidas. Enfim, para solucionar seu problema crônico de caixa. Nem a enorme colher de chá que lhe deu a Constituição Federal de 1988, no artigo 33 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, resolveu a questão.

Preconizam muitos, então, a extinção do reexame necessário nas sentenças proferidas contra a União, o Estado e o Município, bem como as que julgarem improcedente a execução de dívida ativa da Fazenda Pública (artigo 475, incisos II e III, do Código de Processo Civil).

Inócua essa providência no Estado de São Paulo, pois é ínfimo o número de feitos que sobem por força exclusiva do recurso oficial.

Deverão ser encetados e aprofundados novos estudos sobre o esgotamento das vias administrativas, como condição de procedibilidade. Vale dizer, deverá o administrado ou o interessado prejudicado esgotar as vias administrativas. Negado aí o direito ou não apresentada uma

solução, num prazo razoável (por exemplo, de 90 ou 180 dias, conforme a complexidade da matéria, segundo que a lei dispuser), abrir-se-á a via jurisdicional. Mas, para desencorajar delongas, deverá ser cominada pena para as hipóteses em que a Administração deixar de atender ao requerido administrativamente, sem razão plausível de direito.

### **As leis processuais**

Neste item é de bom conselho desde logo dizer que nosso Código de Processo Civil não deixa nada a desejar aos dos demais países, incluídos os do Primeiro Mundo, pelo menos se cotejado com as legislações que não seguem o modelo americano ou anglo-saxão.

Aliás, a insustentável duração na solução dos processos não é um mal tipicamente brasileiro, o que não justifica, é curial, a inércia ou a defesa do *statu quo*.

Para a reversão desse quadro, por onde começar, uma vez que a prestação jurisdicional não se poderá manter tão morosa e, até certo ponto, ineficiente?

Indiscutível que as leis processuais deverão ser aperfeiçoadas e muita coisa repensada. Não há perder de vista, contudo, que o trabalho dos processualistas irá ficar sempre aquém da meta almejada, se não houver, por assim dizer, uma conscientização sobre a imperiosa necessidade de atualização das leis de organização judiciária, da estrutura e da infra-estrutura administrativa dos Tribunais e dos Juízos de primeira instância.

### **Modificações no campo processual**

Nos limites deste escorço, lembro que algumas observações deverão ser tecidas para que as leis processuais venham a satisfazer às necessidades do século XXI.

Há um verdadeiro tabu ou fetichismo sobre a obrigatoriedade do duplo grau de jurisdição, no sentir do autor não previsto forçosamente em nossa Constituição. Mas, ainda que diferente fosse, nada está a empecer a revisão dessa matéria.

Há anos, por minha conta procedi a uma pesquisa num universo de 500 feitos cíveis que subiram aos Tribunais de Justiça e Alçada. A conclusão foi a seguinte, descontados os decimais: foi negado provimento a 72% dos recursos; 16% foram providos em parte (não raro, para modificações secundárias, tais como redimensionamento da verba advocatícia, dos salários periciais, termo inicial da correção monetária ou dos juros); e apenas 12%, acolhidos *in totum*, incluídas as sentenças desconstituídas por questões exclusivamente processuais.

Parece de toda a conveniência a elaboração de pesquisa mais aprofundada e em estrita consonância com os parâmetros técnicos hodiernos. Se a conclusão, depois de exaustivas análises, for semelhante à acima noticiada, valerá a pena a manutenção do atual duplo (ou triplo, quando não quádruplo) grau de jurisdição para todos os feitos, indiscriminadamente?

Por que não se aproveitar a Justiça Comum da experiência dos Juizados Especiais de Pequenas Causas?

Penso que alguns processos, tomando-se como parâmetro a natureza e o valor da causa, poderiam perfeitamente nascer, desenvolver-se e morrer em primeira instância, com a reintrodução dos embargos infringentes do julgado. Às instâncias superiores, em tais feitos, tocariam apenas as ações rescisórias de sentença. Quanto à natureza da causa, lembro, por exemplo, as ações e/ou execuções de cobrança de despesas condominiais da propriedade horizontal; as oriundas de contrato de alienação fiduciária em garantia; as concernentes a prestação de serviços, salvo as de natureza pública; as de comodato; as atinentes a arrendamento mercantil, mobiliário ou imobiliário; as relativas a locações



de bem móvel ou imóvel; e as de reparação de danos materiais causados em acidente de veículo terrestre. Quanto ao valor da causa, as ações obrigacionais (ou pessoais) de até 50 salários mínimos.

No campo do Direito de Família, não se justifica mais a manutenção do sistema recursal atual para ações como a de alimentos, as de visita e as de guarda de menores. Os recursos, amiudadamente, são julgados depois de novas situações de fato consolidadas e de difícil reparação.

Nem se diga que essas ações poderiam ser carreadas para a competência dos Juizados Especiais de Pequenas Causas. Estes devem existir e permanecer como meio facultativo e alternativo na solução dos conflitos. Poderiam ser neles criados cargos privativos, transformando-se cada unidade em vara, com expediente ao público diferenciado do horário ordinário, dadas as suas peculiaridades. O juiz com dedicação exclusiva a esses Juizados, sem dúvida, poderia oferecer rendimento mais eficaz, abolindo-se as compensações oriundas da cumulação com as varas comuns. O Juizado Especial perderia sua conotação de bico.

Cumpra reformular o obsoleto e complicado sistema recursal dentro da própria Justiça Comum. Exemplos: privar do efeito suspensivo um maior número de recursos; ampliar as hipóteses nas quais o agravo deverá ficar obrigatoriamente retido; restringir o uso indiscriminado do agravo de instrumento, para o que deverá ser revisto o conceito de decisão interlocutória etc.

Ter-se-á, também, no campo processual, de simplificar o processo de execução, ao qual foi dada autonomia exagerada, que se não compraz com as atuais necessidades. No capítulo, que por si só estaria a merecer um estudo apartado, poder-se-ia começar com a hasta pública, que ficaria reservada apenas para casos especialíssimos. Em inexistindo remição, o bem penhorado deveria ser compulsoriamente adjudicado ao credor, que teria a liberdade de incorporá-lo a seu patrimônio ou vendê-lo



a terceiro sem interferência judicial. Para a satisfação do crédito exequendo, observar-se-ia o valor da avaliação. O remédio recomendado iria, no mínimo, desestimular os ratos de auditórios e, sobretudo, beneficiar os litigantes.

### **As leis de organização judiciária**

Nossas leis processuais, convém repetir, em nada ficam a dever a outras existentes no planeta. O atual Código de Processo Civil está na era do jato, enquanto as leis de organização judiciária nem sequer ultrapassaram a época das carroças. Se as últimas merecessem a atenção e o aperfeiçoamento dispensados às primeiras, não há dúvida de que a distribuição da justiça seria muito mais rápida e eficiente, desde que, também, fosse modernizada a infra-estrutura dos cartórios e das secretarias.

Os limites deste esforço não permitem um exame mais percuciente. Uma coisa, porém, deve ser dita: se houvesse simetria entre o Código de Processo Civil e as leis de organização judiciária, o resultado seria outro.

Nesse vasto terreno, permito-me lembrar um único aspecto, além do da transformação dos Juizados Especiais em Juízos privados, acima já visto.

Sabidamente o julgamento antecipado da lide ou o julgamento no estado do processo foi uma das melhores inovações que vieram no bojo do Código de 1973. No entanto, dada a plethora de feitos, numa mesma vara, não raro ações ordinárias, que independem de dilação probatória, são julgadas antes das que seguem o rito sumário, pois este depende de audiências.

Para dissipar esse problema, uma possível solução seria a criação de varas privativas de procedimentos sumários, como com propriedade sugere o ilustre Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira:





“Melhor seria que, sempre que possível, nas comarcas de maior movimento a organização judiciária local adotasse varas destinadas às causas sob procedimento sumário. Com um pouco mais de criatividade e espírito inovador a organização judiciária poderia muito contribuir para o aperfeiçoamento da tutela jurisdicional” (Código de Processo Civil Anotado, Saraiva, 6ª edição, página 205).

### **A informatização**

Faz-se necessária plena informatização, não bastando para tanto a mera substituição da máquina de escrever pelo processador de textos. Além disso, cumpre lançar mão do teleprocessamento e da prestação da informação on-line. Com isso, qualquer interessado poderia obter, *verbi gratia*, o andamento dos cinco últimos passos do procedimento em seu terminal, o que desafogaria sobremaneira os cartórios, obviando tempo e gastos com locomoções cada vez mais difíceis nos grandes centros.

A informatização, contudo, tem de ser disciplinada. Não resolve de *per si* problemas de organização cartorária obsoleta.

No uso da linguagem a ser vertida nos autos tem-se de repelir a tendência de lançar sobre laudas e mais laudas tudo ou quase tudo que está armazenado no computador.

### **Conclusão**

Bem, é hora de terminar. Muita coisa ficou por ser dita, é evidente. Não pode ficar, no entanto, sem resposta a pergunta feita no primeiro item deste modesto artigo. Os processualistas são homens que vivem com os pés no chão. Graças aos criativos e aos imbuídos de espírito inovador, estão fazendo a sua parte, mas os esperados frutos apenas serão colhidos se os demais que lidam com o Direito fizerem também o que urge fazer, pois do jeito que a coisa está, não pode ficar, se for lembrado que muito pouco falta para outro século raiar.